

AS TARIFAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: OS MECANISMOS E SEUS IMPACTOS

Fabio Dias da Silva
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo
f.dias@aluno.ifsp.edu.br

Prof. Dr. Marcelo Squinca da Silva
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo
marcelo.squinca@ifsp.edu.br

RESUMO

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar os resultados de um estudo sobre os mecanismos tarifários do setor de energia elétrica, e seus impactos sobre os consumidores da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entre 1995-2016. Propõe, sobretudo, compreender, de forma introdutória, como as tarifas de energia elétrica impactaram nas despesas dos diferentes tipos de consumidores residentes na RMSP. O período aqui escolhido se justifica pelo início do processo de privatizações no setor elétrico brasileiro (SEB), e a sua conseqüente desverticalização, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), culminando, assim, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003-2016.

Palavras-chave: Energia Elétrica. Mecanismos Tarifários. Região Metropolitana de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica é desde o final do século XIX um insumo essencial no mundo moderno, garantindo o desenvolvimento econômico, por meio da instalação e do crescimento de parques industriais e de serviços impulsionadores da criação de renda e emprego, bem como, ocasionando inúmeras alterações na vida cotidiana das pessoas. No entanto, desde a sua origem a energia elétrica, transformada em mercadoria tornou-se objeto de disputa entre as grandes empresas monopolistas, interessadas em obter os maiores lucros possíveis e, de outro lado os consumidores buscando obter os melhores serviços mediante os preços mais módicos factíveis. No Brasil, essa querela historicamente não foi diferente. Embora seja um país farto em fontes de energia, desde

o princípio do século XX, esteve em constante enfrentamento para alcançar o domínio sobre elas, conseqüentemente, premissa fundamental para atingir o seu desenvolvimento. Integrados subordinadamente à Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em vários períodos, esse embate expressou a luta da sociedade brasileira pela utilização autônoma dos seus recursos energéticos. Em resumo, podemos apontar quatro períodos desse embate até os nossos dias: o período dos pioneiros na implantação do SEB (1883-1920); o período da hegemonia do capital estrangeiro (1920-1960); a intervenção estatal (1960-1995) e por fim, o período da desestatização de 1995 até os dias atuais, Barbosa (2004) e Biondi (2014). A política nacionalista foi a grande potência na retaguarda da proposta de constituição da Eletrobrás e da viabilização energética do crescimento industrial dos anos 1960 e 1970. A partir dos anos 1980, o SEB, mais especificamente, iniciou a travessia de uma profunda crise que atingiu o seu estágio crítico praticamente no limiar do século XX, marcada pela redução enorme dos investimentos de infraestrutura (energia elétrica), evidenciada pelos “apagões”. As vicissitudes da disputa pela política energética no país expressaram, sobretudo, a hegemonia do pensamento neoliberal e, as suas conseqüentes propostas de Estado mínimo, bem como o enfraquecimento da capacidade de planejamento nacional, onde o esvaziamento institucional da Eletrobrás é exemplo incontestado. Dessa forma, uma antiga querela, torna-se original: autonomia política *versus* inserção submissa numa nova divisão internacional do trabalho. Contudo, esse confronto seria acompanhado de novos *modismos de soluções de baixa eficiência energética*, vigorosamente caracterizados por forte apelo emocional e internacional (“Ambientalismo radical”). Destarte, o presente estudo dedica-se a compreender a dinâmica dos mecanismos tarifários do setor de energia elétrica, e os seus impactos sobre as despesas dos diversos tipos de consumidores da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no período posterior as privatizações, para colaborar com exame dessa temática em âmbito regional. Ademais, um estudo empírico de menor monta torna-se exequível para as possibilidades de um projeto de iniciação científica, embora determinadas possíveis conclusões possam estabelecer relações com o contexto nacional. Vários autores se dedicaram a examinar essa controvérsia nos últimos anos. Um exemplo disso é o trabalho de Soares (2017), que problematiza o uso eficiente do consumo residencial de energia elétrica no Brasil entre 1991 até 2014. Discute também, se houve avanços no SEB âmbito tecnológico

para o consumidor final. Por sua vez, Castro (2017), avalia como a variação no preço da tarifa de energia elétrica afeta diretamente a inflação no país. O Seu estudo, utilizando dados da variação das categorias do IPCA (índice de preços no consumidor), no período entre 1996 e 2015, demonstra que existe uma reação em cadeia na economia, pois a energia elétrica é um insumo utilizado por praticamente todos os setores, evidentemente caracterizando a sua extrema importância para o desenvolvimento econômico. Para uma apreciação custo da energia elétrica entre os diversos consumidores os estudos de Silveira (2017) são significativos, pois ele vai analisar os problemas que em 2001 e 2002 ocasionaram em um problema que ficou conhecido nacionalmente como crise do apagão, analisando a demanda de energia elétrica dos principais setores consumidores: industrial, comercial e residencial. A tese de Doutorado de Schutze (2015), faz uma análise empírica da demanda residencial de energia elétrica, estabelecendo um comparativo entre consumo e tarifa. Além disso, realiza uma investigação dirigida ao setor industrial, demonstrando que neste existe uma diferença entre diversos consumidores quando o tema é o acesso ao fornecimento de energia elétrica, pois entre aqueles há os que podem escolher livremente o seu fornecedor no mercado e outros que são compelidos ao consumo compulsório cujo abastecimento é realizado pelas concessionárias locais. Dessa forma, os consumidores industriais submetidos ao consumo das concessionárias locais tendem a arcar com custos médios de tarifas de energia elétrica mais elevadas. Por fim, é importante apresentar as reflexões de Indo Sauer (2002), um dos maiores especialistas sobre o SEB. O seu trabalho, “Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro”, advoga que uma das questões fundamentais para compreender as atuais mazelas que se enfrenta no campo da energia elétrica foi o Programa Nacional de Desestatização (PND) realizado pelo governo FHC. No seu estudo, Sauer demonstra que a privatização do SEB não conseguiu alcançar as suas expectativas originais, pois mesmo após todo o programa de reformas, ao longo da segunda metade dos anos 1990, não houve um fluxo substancial de investimentos no país. Esse fato, na sua interpretação se deu pelos obstáculos encontrados em adequar o modelo neoliberal às especificidades do SEB. Nesse a oferta de energia elétrica vigorosamente associada ao regime hidrológico das suas bacias hidrográficas, que em situações usuais oferecem uma substantiva segurança para o abastecimento, contudo pode gerar uma conjuntura de extremas condicionalidades em se tratando do regime de

águas e, conseqüentemente os seus custos. Sendo assim, os dispêndios com a geração de energia elétrica podem oscilar, mesmo se tratando de um insumo homogêneo, o que causa estranheza para investidores, consumidores e o governo. O resgate da trajetória do SEB nas suas mais diversas dimensões é fundamental, dada a sua importância nas questões relacionadas ao desenvolvimento do país e do desenvolvimento regional. Como já referido, após o processo de privatizações o Brasil sofreu nessas últimas décadas os resultados das transformações oriundas do retorno do capital privado ao controle de grande parcela do SEB, sobretudo no que se refere à distribuição de energia e, os seus impactos na cobrança de tarifas para os consumidores. O exame de algumas referências teóricas como as supracitadas colaborou para a tarefa de elucidar, ao menos de forma introdutória, tais questões como as propostas para este estudo.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apurou os dados de 1995 até 2016, principalmente da ANEEL, porque ela foi uma das únicas fontes que tinha uma metodologia que se mantinha consistente durante os anos, assim sendo possível realizar comparações dos dados antigos com os atuais, principalmente do mercado cativo, que seriam os consumidores que não tem possibilidade de mudar sua distribuidora de energia elétrica para alguma empresa privada. Após fazer os cálculos dos dados históricos, pudemos traçar um paralelo e foi verificado que após 1998, quando a Eletropaulo Metropolitana é vendida, o valor da tarifa média para os consumidores teve constantes aumentos até o ano de 2013, quando a então Presidente Dilma Rousseff baixou o preço em cerca de 14,19%, em 2014 o preço aumentou em 9,24%, mas foi em 2015 que o preço disparou em 53,29%, esses aumentos danosos a todos os setores, em especial ao residencial, porém a pesquisa não conseguiu chegar aos números de quanto isso afetou o consumo dos seus clientes da RMSP.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conseguiu atingir a primeira parte do seu objetivo, por meio dos dados do mercado cativo que é disponibilizado pela ANEEL, foi possível ter acesso aos valores das tarifas de energia elétrica de quase todos os setores durante todo o período

pesquisado, porém, é preciso salientar que algumas partes dos dados históricos estavam sem informação, infelizmente por serem dados antigos não existe uma razão para tal. A segunda parte da pesquisa que se tratava do qual seria o tamanho do impacto econômico que os aumentos constantes da tarifa de energia elétrica causariam ficou sem uma resposta, pois infelizmente faltou dados o suficiente para corroborar ou discordar da primeira parte da pesquisa, sendo assim não foi possível ter um final satisfatório para tanto o pesquisador quanto para o orientador.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Políticas Econômicas do Governo e Estagnação: Duas Décadas Perdidas (1981-2000)**. DH–FFLCH–USP, 2004.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. Geração Editorial, 2014.

CASTRO, Andressa Porto. **Efeitos da variação da tarifa de energia elétrica sobre a inflação brasileira: 1996 - 2015. 2017**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9565>>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVEIRA, Anderson Garcia. **Estudo da Demanda de energia elétrica no Brasil**. 2017. Dissertação de Mestrado.

SOARES, T. C., Lopes, L. S., & Cunha, D. A. da. (2017). **A eficiência do consumo residencial de energia elétrica no Brasil**. *Economia Aplicada*, 21(3), 503-523. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea117421>>. Acesso em: 21 maio 2021.

SCHUTZE, Amanda Motta. **A demanda de energia elétrica no Brasil**. Pontifícia Universidad e Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SAUER, Ildo. **Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro**. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia - PIPGE-IEE/USP. versão preliminar. São Paulo. 2002.